



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio
RJ**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ
Rio de Janeiro / RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Realização do Feirão Virtual de Veículos no mês de agosto de 2020: Mesmo durante o isolamento social os associados puderam financiar veículos, avaliar seus usados e aproveitar as condições de financiamento especiais oferecidos pela cooperativa.

Com a impossibilidade de realizar visitas aos associados durante a pandemia, trabalhamos o CRM focado em contato telefônico para melhorar o relacionamento com nosso quadro social. Tivemos um aumento significativo dos índices: CRA, ISA e nosso índice de cobertura.

Criamos uma linha especial de crédito para médicos que estiveram na linha de frente no combate à Covid-19 e Campanha de Consignado Público Federal.

Durante o ano foram realizadas diversas campanhas semanais de diferentes produtos e serviços para estimular a área de negócios. Antes de cada campanha eram realizadas reuniões de alinhamento para treinar e tirar dúvidas dos colaboradores. Na semana seguinte as equipes entravam em contato com os associados sempre por telefone devido à pandemia.

Realização da campanha da Fatura Digital, em que o associado, ao optar por não receber mais a fatura impressa, a cooperativa doava uma cesta básica para a instituição Centro Cultural Cecília Conde.

Campanha de Positivização de Consórcios e Seguro Residencial de setembro a novembro.

Realização da Promoção Associado Mais Sicredi Rio para captar novos associados. Cada novo associado concorreu ao sorteio de uma smart TV de 65 polegadas.

Campanha de retenção para reduzir associados inativos e retomar relacionamento com a Sicredi Rio.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: A Transformação Digital na Sicredi Rio iniciou em Fevereiro de 2020 com a implantação do Novo Poupador, o kickoff e o treinamento, por ser antes da pandemia foi efetuado presencialmente na Sede com GAs, GNs e Assessorias de Negócios, objetivando obter prática na nova plataforma digital. Com isso, o foco foi na abertura de conta poupança diretamente nos tablets pelos Gerentes de Negócios Pessoa Física (um por agência). O público alvo deste projeto foram novos poupadores. Foi fundamental a participação das seguintes Assessorias para o kickoff deste projeto: Assessoria de Processos, Assessoria de GP, Assessoria de Captação e Assessoria de Marketing.

Seguindo o cronograma sistêmico da Transformação Digital foram implementados na Sicredi Rio:

- WhatsApp Corporativo implementado em Junho de 2020, por ser durante a pandemia o treinamento foi realizado maior parte online com todos colaboradores envolvidos nas Agências, GAs, GAFs, GNs, Assistentes, objetivando oferecer ao nosso Associado um canal de comunicação adicional com a Cooperativa.

- Assinatura Eletrônica implementado em Junho de 2020, por ser durante a pandemia o treinamento foi realizado maior parte online com todos colaboradores envolvidos nas Agências, GAs, GAFs, GNs, Assistentes e alguns colaboradores da Sede, objetivando oferecer ao nosso Associado a possibilidade de assinar documentos remotamente. Nesse projeto foi fundamental a participação das Assessorias de Operações (Processos, Ciclo de Crédito, Jurídico, Controles Internos e Inspeção).

- Novo Caixa implementado em Agosto de 2020 do qual o treinamento foi aplicado de forma híbrida: a Central treinou todos colaboradores da Sede e das Agências via online e durante a migração para o Novo Sistema houve acompanhamento presencial nas agências. O treinamento foi híbrido, ministrado pela Central PR/SP/RJ para os colaboradores da Sede e das agências e durante a migração para o novo sistema houve acompanhamento presencial nas agências. Foi imprescindível a instalação de nova bateria de caixas, novos equipamentos e software requeridos pela nova plataforma. O objetivo desta implementação foi a integração das

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou tormente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos: - Divisão das equipes: metade presencial e metade em home office. Colaboradores do grupo de risco ficaram em home office;

- Realizados exames de acompanhamento dos colaboradores;
- Parceria com uma médica associada para fazer acompanhamento dos colaboradores, incluindo consultas, tele consulta e orientações de prevenção;
- Firmamos parceria com o CEPEM – Centro de Diagnóstico, para realização dos testes de Covid-19 e demais exames clínicos relacionados a pandemia para todos os colaboradores e terceiros;
- Criamos um canal de comunicação com os colaboradores através da área de Gestão de Pessoas;
- Higienização das agências quando detectados casos de infecção.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		319.863	318.308	PASSIVO		251.640	
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	1.693	1.019	DEPÓSITOS	(Nota 11)	237.742	236.554
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		307.202	306.871	Depósitos à vista		53.056	43.332
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	36.046	14.167	Depósitos interfinanceiros		4.933	4.800
Centralização financeira	(Nota 04)	127.074	151.398	Depósitos a prazo		179.753	188.422
Operações de crédito	(Nota 06)	134.859	133.731	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.674	747
Outros ativos financeiros	(Nota 07)	9.223	7.575	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	1.108	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 06)	(11.618)	(14.239)	Obrigações por repasses	(Nota 13)	341	-
OUTROS ATIVOS	(Nota 08)	1.080	2.024	Outros passivos financeiros	(Nota 14)	225	747
INVESTIMENTOS	(Nota 09)	7.584	7.584	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 15)	1.230	1.295
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	13.111	14.315	OUTROS PASSIVOS	(Nota 16)	15.110	13.044
INTANGÍVEL	(Nota 10)	811	734	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 17)	64.107	66.668
				CAPITAL SOCIAL		40.742	44.049
				RESERVAS DE SOBRAS		22.972	24.774
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		393	(2.155)
TOTAL DO ATIVO		319.863	318.308	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		319.863	318.308

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.227	32.828	40.782
Operações de crédito (Nota 06)	15.834	31.802	40.435
Resultado títulos e valores mobiliários	393	1.026	347
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.350)	(12.213)	(20.656)
Operações de captação no mercado	(1.818)	(4.905)	(10.333)
Operações de empréstimos e repasses	(10)	(11)	(52)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 06)	(2.522)	(7.297)	(10.271)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.877	20.615	20.126
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(10.079)	(20.610)	(20.449)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	2.534	5.031	4.656
Rendas de tarifas bancárias	1.429	2.866	3.231
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 21)	(8.294)	(17.646)	(20.128)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	(4.749)	(9.622)	(10.763)
Dispêndios e despesas tributárias	(243)	(563)	(462)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	2.334	6.024	10.653
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	(3.090)	(6.700)	(7.636)
RESULTADO OPERACIONAL	1.798	5	(323)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.107	1.093	90
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	2.905	1.098	(233)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(27)	(87)	(236)
Provisão para Imposto de Renda	(12)	(45)	(138)
Provisão para Contribuição Social	(15)	(42)	(98)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(122)	(226)	(289)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	2.756	785	(758)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	44.915	24.081	693	69.689
Destinação resultado exercício anterior				
Destinações para reservas	-	693	(693)	-
Capital de associados				
Aumento de capital	1.282	-	-	1.282
Baixas de capital	(3.518)	-	-	(3.518)
Resultado do período	-	-	(758)	(758)
Destinações				
Juros sobre o capital próprio	1.370	-	(1.397)	(27)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	44.049	24.774	(2.155)	66.668
Mutações do Período	(866)	693	(2.848)	(3.021)
Saldos no início do período em 01/01/2020	44.049	24.774	(2.155)	66.668
Capital de associados				
Aumento de capital	877	-	-	877
Baixas de capital	(4.184)	-	-	(4.184)
Reversões de reservas	-	(2.155)	2.155	-
Resultado do período	-	-	785	785
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(39)	(39)
Reserva legal - Estatutária	-	353	(353)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	40.742	22.972	393	64.107
Mutações do Período	(3.307)	(1.802)	2.548	(2.561)
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	42.079	22.619	(1.971)	62.727
Capital de associados				
Aumento de capital	420	-	-	420
Baixas de capital	(1.757)	-	-	(1.757)
Resultado do período	-	-	2.756	2.756
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(39)	(39)
Reserva legal - Estatutária	-	353	(353)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	40.742	22.972	393	64.107
Mutações do Período	(1.337)	353	2.364	1.380

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	1.167	(163)	2.429
Resultado do semestre/exercício	2.756	785	(758)
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(1.589)	(948)	3.187
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.433)	(2.621)	1.319
Depreciação e amortização	895	1.740	1.724
Baixas do ativo permanente	1	37	1.109
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(13)	(65)	126
Destinações ao FATES	(39)	(39)	-
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	2.564	(19.530)	11.968
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	5.647	(21.879)	(9.019)
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.442	-	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	(5.463)	(1.128)	12.357
Aumento em relações interfinanceiras passivas	148	1.108	-
(Aumento) em outros ativos financeiros	(2.889)	(1.648)	(1.346)
Redução em outros ativos	1.027	944	1.231
Aumento em depósitos	638	1.188	11.810
Aumento (Redução) em passivos financeiros	14	(522)	454
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	88	341	(3.306)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	-	(69)
(Redução) Aumento em outros passivos	1.912	2.066	(144)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	3.731	(19.693)	14.397
Aquisição de investimentos	-	-	(1.793)
Aquisição de imobilizado de uso	(135)	(354)	(421)
Aplicações no intangível	(169)	(296)	(198)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(304)	(650)	(1.321)
Integralização de capital	420	877	1.282
Baixa de capital	(1.757)	(4.184)	(3.518)
Juros ao capital próprio	-	-	(27)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.337)	(3.307)	(2.263)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.090	(23.650)	10.813
Caixa e equivalente de caixa no início do período	126.677	152.417	141.604
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	128.767	128.767	152.417

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ
CNPJ/MF nº 72.128.440/0001-30

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	2.756	785	(758)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	2.756	785	(758)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Rio de Janeiro - Sicredi Rio RJ ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 31/05/1993 e sede situada na Rua Sorocaba, 500, na cidade de Rio de Janeiro - Rio de Janeiro. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

Os últimos anos têm sido muito desafiadores para toda nossa comunidade, incluindo nossa cooperativa. A Sicredi Rio RJ busca o constante crescimento de suas operações, retomada dos resultados positivos e margens alcançadas no passado. Dentre as ações estipuladas pela administração da Cooperativa para alcançar tais objetivos, o foco principal é incrementar a base de associados com o intuito de ampliar a sua capacidade de geração de novos negócios e ampliar a eficiência comercial de suas operações. Foram estabelecidas algumas metas e campanhas comerciais para atingir este objetivo, com destaque para:

- (i) acompanhamento da carteira de forma segmentada e segregada por unidade de negócio com o objetivo de incrementar a carteira de crédito e receitas de produtos e serviços;
- (ii) abordagem de mercado para captura de novos cooperados seja pessoa física como pessoa jurídica;
- (iii) busca da melhoria dos atuais índices de recuperações de crédito. Para essa meta foi iniciado treinamento dos colaboradores lotados nas agências para aumento dos esforços de cobrança a partir dos primeiros dias em atraso, a fim de garantir maior efetividade no processo;
- (iv) lançamento de novas linhas de crédito com taxas competitivas e direcionadas para contratação de crédito por meio de canais eletrônicos sendo uma delas a campanha de crédito automatizados com a linha - TOP CRÉDITO - lançada no mês de janeiro de 2021.

Ainda, foram revisados os processos internos e a estrutura organizacional na busca por maior eficiência operacional com a criação do Centro de Serviços Compartilhados que permitirá redução de custos entre as agências da Cooperativa. Não obstante, estão sendo revisados custos administrativos, com negociação de redução de despesas junto a fornecedores.

Por fim, ainda está prevista a inauguração de uma nova agência da Cooperativa na Barra da Tijuca em conjunto com estudo de mudanças nas estruturas das atuais agências, que busca associar localidades estratégicas ao melhor custo-benefício.

Com as ações esperamos voltar a um patamar de lucratividade sustentável e de retorno aos nossos cooperados.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 10 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 06;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 15;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

q) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	1.693	1.019
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	127.074	151.398
Total	128.767	152.417

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Cooperativas	7.164	7.211	19.407	33.782	12.482
DI entre Banco e Cooperativa	-	216	2.048	2.264	1.685
Total	7.164	7.427	21.455	36.046	14.167
Total circulante				14.591	5.478
Total não circulante				21.455	8.689

As aplicações de DI entre Cooperativas são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez, com taxa de remuneração de até 120% do CDI.

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirencia e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	3.556	19.124	32.989	63.213	118.882	116.103
Financiamentos	34	1.382	4.095	10.466	15.977	17.628
Total das operações de crédito	3.590	20.506	37.084	73.679	134.859	133.731
Títulos e créditos a receber	-	5.757	1.982	2	7.741	6.262
Total de outros créditos	-	5.757	1.982	2	7.741	6.262
Carteira total	3.590	26.263	39.066	73.681	142.600	139.993
Total circulante					68.919	78.710
Total não circulante					73.681	61.283

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	7.506	-	-	-
A	0,50	35.755	46.495	178	232
B	1,00	41.227	39.826	410	399
C	3,00	27.898	29.233	836	877
D	10,00	18.381	8.320	1.838	832
E	30,00	3.649	3.651	1.095	1.095
F	50,00	1.005	1.132	503	566
G	70,00	1.403	3.659	982	2.561
H	100,00	5.776	7.677	5.776	7.677
Total		142.600	139.993	11.618	14.239

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 7.991 (dezembro de 2019 - R\$ 5.846) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 80 (dezembro de 2019 - R\$ 58) conforme Nota 14.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	1.893	13.763	16.449	29.107	61.212	67.336
Industrial	56	420	1.020	750	2.246	2.834
Comércio	292	3.576	4.487	10.581	18.936	19.015
Outros serviços	1.349	8.504	17.110	33.243	60.206	50.808
Total	3.590	26.263	39.066	73.681	142.600	139.993

Total circulante	68.919	78.710
Total não circulante	73.681	61.283

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	25.480	17,87	24.460	17,47
50 devedores seguintes	33.460	23,46	31.543	22,53
100 devedores seguintes	24.419	17,12	21.520	15,37
Demais	59.241	41,55	62.470	44,63
Total	142.600	100,00	139.993	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial		12.920
Constituição de provisão	14.977	17.788
Reversão de provisão	(7.680)	(7.517)
Movimentação de baixados para prejuízo	(9.918)	(8.952)
Saldo final	11.618	14.239

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	12.619	26.854	35.038
Financiamentos	1.197	2.542	1.910
Subtotal	13.816	29.396	36.948
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	2.018	2.406	3.487
Total	15.834	31.802	40.435

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 23.832 (2019 - R\$ 11.165).

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 06)	7.741	6.262
Rendas a receber	224	210
Operações com cartões	212	113
Devedores por depósitos em garantia	1.046	990
Total	9.223	7.575

Total circulante	8.175	6.583
Total não circulante	1.048	992

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	112	67
Adiantamentos e antecipações salariais	139	45
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	15	13
Adiantamentos para Confederação Sicredi	212	231
Impostos e contribuições a compensar	32	8
Cotas de consórcio	58	32
Pendências a regularizar	186	349
Cota capital a receber -Unicred	-	1.122
Valores a receber da Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	272	139
Outros	54	18
Total circulante	1.080	2.024

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	81	-
Veículos e afins	81	-
Material em estoque	5	6
Despesas antecipadas	26	61
Total circulante	112	67

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	6.039	6.039
Sicredi Participações S.A.	1.544	1.544
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	7.584	7.584

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	501.053 ON	501.053 ON	1	1	6.038.733	6.038.733
	1.043.321 PN	1.043.321 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,13%	0,15%	0,62%	0,62%	1,89%	1,90%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	318.901	317.064
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	320.371	318.570
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	-
Valor do investimento	1.544	1.544	1	1	6.039	6.039

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	22.849	(9.738)	13.111	14.315
Edificações	4%	13.850	(3.898)	9.952	10.496
Instalações	10%	4.629	(2.908)	1.721	2.125
Benefetorias em imóveis de terceiros	10%	447	(343)	104	166
Móveis e equipamentos	10%	1.743	(1.169)	574	707
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	439	(257)	182	185
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.741	(1.163)	578	636

Intangível	1.405	(594)	811	734
Investimentos Confederação	1.399	(588)	811	733
Outros ativos intangíveis	6	(6)	-	1

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	53.056	-	-	53.056	43.332
Depósitos interfinanceiros	4.933	-	-	4.933	4.800
Depósitos a prazo	5.899	18.678	155.176	179.753	188.422
Total	63.888	18.678	155.176	237.742	236.554

Total circulante	82.566	64.003
Total não circulante	155.176	172.551

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasse interfinanceiros	1.108	-
Total	1.108	-

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020			Total	31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	1.108	1.108	-
Total - Outros Recursos	-	-	1.108	1.108	-
Total não circulante				1.108	-

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. e advindos do compulsório da poupança. A taxa praticada é 84,5% do CDI e o vencimento em 01/06/2023.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasse no País	31/12/2020			Total	31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
BNDES	27	99	215	341	-
Total	27	99	215	341	-

Total circulante	126	-
Total não circulante	215	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	80	58
Recursos em trânsito de terceiros	145	689
Total circulante	225	747

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	210	227
Cível	Provável	20	49
Tributária	Provável	1.000	1.019
Total não circulante		1.230	1.295

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	227	174	(191)	210
Cível	49	26	(55)	20
Tributária	1.019	21	(40)	1.000
Total não circulante	1.295	221	(286)	1.230

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 409; R\$ 624; R\$ 2.340 (dezembro de 2019 - R\$ 172, R\$ 2.255 e R\$ 2.359), respectivamente.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	7.891	6.317
Provisão para pagamentos a efetuar	1.329	1.343
Cotas de capital a pagar	4.581	3.562
Provisão para participações nos lucros	122	254
Fundo de assistência técnica, educacional e social	39	-
Impostos e contribuições a recolher	527	740
Cretores diversos	565	747
Cobrança e arrecadação de tributos	1	66
Pendências a regularizar	55	15
Total Circulante	15.110	13.044

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	40.742	44.049
Total de associados	15.989	17.768

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ -3.307 (2019 – R\$ -866), sendo R\$ 0 (2019 – R\$ 1.370) via integralização de resultados e R\$ 877 (2019 – R\$ 1.282), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.184 (2019 – R\$ 3.518).

b) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 45% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

c) Resultados acumulados

Conforme estabelece a Carta-Circular 3.300 (CMN) de 27/02/2008, apresentamos abaixo a composição, a forma e o prazo de compensação das perdas relativas aos exercícios anteriores:

Composição	Valor	
Sobras/Perdas do exercício de 2019	(2.155)	
Perdas cobertas pela Reserva Legal	2.155	Conforme deliberação da AGO/2020
Sobras/Perdas do exercício	393	Para deliberação em assembleia geral 2021
Total Sobras/Perdas	393	

Os resultados são distribuídos e apropriados conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.093 (R\$ 0 em dezembro de 2019), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	1.098	(233)
Participação nas sobras	(226)	(289)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	872	(522)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(349)	209
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	172	(574)
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	-	559
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	48	113
Demais adições e exclusões previstas na legislação	41	(543)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(87)	(236)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	36.046	14.167
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	127.074	151.398
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 07)	166	154
Outros ativos (Nota 08)	212	370
Investimentos (Nota 09)	7.584	7.584
Intangível (Nota 10)	811	733
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	4.933	4.800
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	1.108	-
Outros passivos (Nota 16)	7.271	5.924
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	1.026	347
Ingressos e receitas de prestação de serviços	578	661
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	3.617	9.076
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	1.093	-
Despesas		
Operações de captação no mercado	133	137
Operações de empréstimos e repasses	5	52
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	546	767
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	3.459	4.097

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	166	0,31%	145
Depósitos a prazo	2.807	1,56%	3.827
Operações de crédito	724	0,54%	1.030

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	2.933	3.723

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	4.941	10.712	11.758
Benefícios	1.448	3.034	3.354
Encargos sociais	1.896	3.839	4.679
Treinamentos	9	61	337
Total	8.294	17.646	20.128

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	213	417	457
Aluguéis	554	1.138	1.257
Comunicação	275	563	691
Manutenção e conservação	385	730	741
Material de expediente	49	116	113
Processamento dados	142	260	253
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	280	694	824
Serviços do sistema financeiro	410	765	812
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	487	819	715
Serviços de vigilância e segurança	425	853	861
Serviços de transportes	62	157	253
Depreciação	764	1.521	1.568
Amortização (Rateio Confederação)	131	219	156
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	21	47	160
Emolumentos e taxas diversas	104	345	517
Outras despesas administrativas	447	978	1.385
Total	4.749	9.622	10.763

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	-	-	69
Recuperação de encargos e despesas	142	1.072	718
Ingressos depósitos intercooperativos	1.270	3.443	8.877
Reversão de provisões operacionais	478	780	750
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	2	27	51
Reversão de provisões para passivos contingentes	155	286	94
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	151	151	-
Outras rendas operacionais	137	265	94
Total	2.335	6.024	10.653

Os Ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	628	1.071	966
Contribuições Cooperativistas	64	126	125
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	21	160	394
Contribuição Confederação Sicredi	1.209	2.407	2.553
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	192	395	474
Encargos da administração financeira	-	1	47
Repasse Administradora de Cartões	-	31	97
Provisões para garantias financeiras prestadas	16	50	43
Provisões para passivos contingentes	142	221	222
Outras provisões operacionais	257	545	574
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	417	667	464
Risco operacional	36	794	361
Juros e comissões	21	55	25
Outras despesas operacionais	87	178	1.291
Total	3.090	6.700	7.636

NOTA 25 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	2.756	785	(758)
Eventos não recorrentes	1.093	1.093	-
Resultado recorrente	1.663	(308)	(758)

NOTA 26 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	7.991	5.846
Total	7.991	5.846

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	61.751	67.390
Nível I (NI)	61.751	67.390
Capital principal - CP	61.751	67.390
Capital social	40.742	44.049
Reservas de capital	22.972	24.774
Lucros acumulados	393	(2.155)
Ajustes Prudenciais	(2.356)	(2.278)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	231.137	217.866
Margem de Capital	37.482	38.246
Índice de Basileia (PR / RWA)	26,72%	29,55%
Situação de Imobilização (Imob)	13.111	14.314
Índice de Imobilização (Imob / PR)	21,23%	22,23%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Almir Schotten
Diretor Executivo
CPF: 710.200.129-00

Lincoln de Aquino Loh
Diretor de Operações
CPF: 024.474.157-37

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20